

BELO MONTE, CIDADE IMAGINÁRIA

Sandra Mara Stroparo
Universidade Federal do Paraná

Apertada entre colinas, numa depressão do terreno, junto a uma curva do rio Vaza-Barris, a Canudos quase inexistente passou, de 1893 a 1897, de algumas casas de pau-a-pique a 5.200 casas de taipa. Nesse período, pelas pessoas que ali habitaram, foi chamada Belo Monte.

A dupla nomenclatura do mesmo espaço, da mesma cidade, não é estranha nessa situação. De tal forma eram diferentes os pontos de vista entre os republicanos e aqueles sertanejos que um fato como esse parece uma divergência de pequena relevância. É claro que, como foram os “vencedores” que contaram a História, o nome Canudos foi o que vingou – e ainda comemoramos o centenário de Canudos em sua data de destruição, e não em outra qualquer que merecesse de fato uma celebração.

Essa duplicidade, no entanto, parece capaz de abrir mais uma possibilidade de leitura para uma história já tão controversa. Cada nome se referia a uma cidade diferente. Temos hoje uma idéia histórica de Canudos, mas como era Belo Monte? A “idéia” de Canudos não é idêntica à “idéia” de Belo Monte e a Canudos das forças do governo não era só diferente da Belo Monte de Conselheiro por se apresentar como uma vila supostamente rebelde, um obstáculo a ser vencido, um “perigo” para a República: as “duas” cidades tinham diferenças ideológicas radicais capazes de construir duas naturezas, dois universos diferenciados. Mas como, hoje, podemos adentrar esses mundos?

Muito provavelmente a despeito das mais certas intenções do autor, *Os sertões* acabaram se tornando o lugar onde muitas dessas ambigüidades foram reveladas e historicamente instauradas.

Euclides da Cunha construiu e registrou na nossa história uma versão da Guerra de Canudos. Sua narrativa sobre os antecedentes, a guerra e o seu julgamento sobre ela definiram toda a posterior leitura do fato, fazendo da sua obra, por muitos anos, o relato conclusivo sobre o sertão, sua geografia, seus tipos humanos e o conflito final do século XIX.

A construção abrangente do livro, o preciosismo das citações e a sustentação cientificista dos argumentos lhe garantiram a aura de respeitabilidade que o manteve a salvo de críticas consistentes durante muito tempo. Talvez essa unanimidade tenha realmente começado a se abalar apenas com a publicação, no livro de Ataliba Nogueira, em 1974, dos manuscritos das prédicas de Antônio Conselheiro.¹ Tais documentos são na verdade a mais importante relação histórica estabelecida com o Conselheiro, e embora os manuscritos tenham pertencido ao autor de *Os Sertões*, o que Ataliba

¹ Precedido por uma comunicação, em 1973, sócio que era, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ver ainda: LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; pp. 15-24, sobre a primeira recepção ao livro.

² A resposta positiva pode ser dada em função do seu contingente populacional e pelo fato de haver a prática do comércio dentro da cidade e desta com outras. A negação desses últimos elementos, caracterizados como incipientes, dá a Canudos apenas o *status* de arraial, como a denominava Euclides, em função do tipo de construção das casas (a taipa como construção provisória) – “embora fossem mais de cinco mil...”

³ CUNHA, Euclides. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 102.

Nogueira levanta é o fato de que, em face deles, muitos argumentos euclidianos se revelam infundados e mesmo contraditórios. Além disso, no decorrer deste século, historiadores levantaram, aos poucos, informações e registros que a curta existência de Canudos deixou em documentos e na memória do povo e que permitiram novos prismas de análise, muitos se contrapondo também frontalmente a alguns dos argumentos euclidianos. Na confrontação entre o texto d'*Os Sertões*, por si só já portador de vários conflitos, e os novos levantamentos realizados pela pesquisa histórica mais recente, criaram-se hiatos que permitiram novas leituras.

Formada inicialmente por obra e graça de Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, e seus seguidores, Canudos parece ter recebido durante os três anos que a separaram da guerra moradores que, não obrigatoriamente seguidores, respeitavam as ordens do Conselheiro. Se a princípio não passava de uma aldeia com uma pequena economia de subsistência, a partir do seu segundo ano de vida o que pode ser caracterizado como excedente de produção já permitia aos seus moradores buscar em outras cidades o que fosse necessário para que Canudos continuasse a se manter e crescer, até atingir as proporções demográficas encontradas pelo exército brasileiro no início da guerra. Mesmo durante o conflito a cidade continuava a crescer: de todo lugar vinham os sertanejos para morar e, se preciso fosse, lutar pelo Bom Jesus Conselheiro.

Esses fatos hoje ecoam em cada explicação que se tente elaborar sobre a guerra. Por quê? Por que e como Canudos conseguiu reunir uma população tão considerável e que resistiu com tanto vigor à destruição mais completa? Que tipo de pacto social ali se estabeleceu para que isso acontecesse? Que comprometimento houve da parte de cerca de 20.000 pessoas para com um homem e um espaço que nada tinha de paradisíaco? Podemos chamar Canudos de “cidade”? Que disposição social foi aquela capaz de enfrentar tantas dificuldades de subsistência e ainda uma guerra desigual perante a qual ninguém se rendeu?

Os trabalhos posteriores ao de Euclides voltaram sempre a essas mesmas questões, tentando respondê-las partindo prioritariamente das premissas religiosas – do fanatismo ao milenarismo – ou da questão econômica. Se nenhum deles parece chegar a conclusões definitivas ou justificar completamente a atitude dos moradores de Canudos, eles se constituem nas respostas possíveis que a distância de um século nos permite. Num percurso repetido inúmeras vezes pelos historiadores, saímos e voltamos a Euclides da Cunha.

O autor enfrentou essas questões usando como suporte teorias evolucionistas e deterministas, buscando em elementos etnográficos e geográficos as raízes e explicações para o problema que tentava compreender. A própria estruturação d'*Os Sertões* denuncia a influência de tais teorias no seu pensamento: a “terra” é descrita e definida como elemento responsável pela constituição do “homem” que a habita, junto com a sua formação étnica. Dessa forma, para Euclides, Antônio Conselheiro se insere coerentemente naquele mundo: “É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária...”³

Contando com o trabalho de Euclides da Cunha, tentamos espiar Belo Monte através de Canudos. Mas, se considerarmos as possibilidades abertas pela história das mentalidades, podemos tentar abrir uma fresta ainda mais larga e olhar de fato para Belo Monte inserida em um contexto maior, como era na verdade o desejo do autor de *Os sertões*.

Desde a Idade Média, com o crescimento do número de viagens para o Oriente, a Europa se viu invadida por histórias de mundos e cidades tão diferentes que, rapidamente, geraram para eles suas próprias descrições e relatos. Baseados nos relatos também nem sempre fidedignos dos próprios viajantes, essas histórias absorveram o referencial de maravilhas e desejos utópicos da cultura ocidental. Firmaram-se e confirmaram-se reinos, ilhas e cidades de natureza absolutamente imaginária paralelamente às idealizações fantasiosas de espaços históricos e reais.

Aos poucos essas cidades foram sendo também usadas como base para alguns clássicos utópicos, tais como os de Bacon, Morus e Campanella⁴, o que foi aprofundando a inexistência geográfica desses espaços. A dicotomia entre essa literatura e a “ciência” se aprofundou e abandonou a imaginação ao mundo da lenda, até o momento em que a arqueologia, já no século XIX, racionaliza essas fontes, retirando-as da utopia e colocando-as na possibilidade dos mundos perdidos e, mais especificamente, no registro possível do mito.

Como mito, esses mundos puderam voltar a ser desejados, mesmo pelos homens mais sérios. E não foram poucos os que se aventuraram em busca deles. Da mesma forma, muitos outros tentaram criá-los: os exploradores e os líderes e criadores de sociedades paralelas, que proliferaram especialmente no século XIX, tinham algo em comum na sua loucura.

E com o estatuto do mito, a história, que até então tinha dado especial atenção a aspectos como a política e a economia, pôde estudar esses mundos irreais como um espaço onde a história e os desejos dos homens se aproximam e se legitimam, de maneira a fazer de sua mentalidade e capacidade de imaginação um verdadeiro agente da história.

Originalmente designando “disposições psicológicas e morais para julgar as coisas”⁵, o termo “mental”, bastante em voga no dezenove, influenciou a formação da antropologia e da psicologia, e durante o século vinte o termo passou, especialmente depois da Escola dos Anais, a definir o encontro entre “aspirações individuais e coletivas” que poderiam romper com as definições temporais e estruturais tradicionalmente determinantes.

As camadas mentais de uma sociedade, estudadas a partir de então, foram percebidas como um nível de modificações lentas, devido a uma espécie de “resíduo psicológico estável”, de “julgamentos, conceitos e crenças”⁶ que fazem parte de todos os indivíduos de uma mesma sociedade e que são percebidos como conceitos de “longa duração” por fazerem parte de diversas gerações. Elementos representativos de imobilidade, de difícil contestação e substituição, “esquemas geográficos, realidades biológicas e atitudes mentais são como ‘prisões’ de longa duração”, afirma Braudel⁷.

Antônio Conselheiro e seus seguidores, presos portanto a um elenco de atitudes mentais, foram capazes de criar de fato uma realidade específica, uma Belo Monte que não necessariamente corresponderia, vista de dentro, à Canudos, vista de fora. Euclides da Cunha, por sua vez, preso ele próprio à sua racionalização cartesiana do mundo, não compreendeu de pronto, embora toda a sua obra seja uma amostra da dúvida e do conflito que essas diferenças provocaram. E em alguns trechos, o próprio autor empresta a imaginação para as disposições psicológicas dos conselheiristas:

Era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito.

⁴ *Nova Atlântida, Utopia e A cidade do sol*, respectivamente.

⁵ Cito LE GOFF, “As mentalidades”, in *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976; através de LANGER, Johnni. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria do Estado da cultura/ The Document Company – Xerox do Brasil, 1997.

⁶ LANGER, op. cit.

⁷ *Ibidem*.

⁸ CUNHA, *ibidem*, p. 122.

⁹ CUNHA, *ibidem*, p. 122.

¹⁰ VICO, Giambattista. "Princípios de uma Ciência Nova". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Renascentista, contemporâneo das utopias citadas, Vico é um referencial interessante para um raciocínio sobre a linguagem empregada por Euclides justamente por teorizar sobre a natureza da linguagem empregada em situações novas, desconhecidas, como uma "ciência nova".

A sua topografia interessante modelava-o ante a imaginação daquelas gentes simples como o primeiro degrau, amplíssimo e alto, para os céus... Não surpreende que para lá convergissem, partindo de todos os pontos, turmas sucessivas de povoadores convergentes das vilas e povoados mais remotos.⁸

Euclides da Cunha demonstrou em toda a obra especial atenção ao termo "mental", segundo a compreensão da época; para as descrições pouco elogiosas seja de Antônio Conselheiro, seja do sertanejo e suas peculiaridades retrógradas e, segundo ele, pouco racionais. Mas o seu texto já permite descobrir e explorar esse conceito pelos olhos de hoje e, ainda mais, encontrar na sua linguagem o espanto que determinou suas descrições e que abre a fresta para a recuperação de Belo Monte.

Seria Belo Monte o que podemos chamar de cidade imaginária? A Belo Monte real, fundada por Conselheiro e seu povo, que sustentou uma longa guerra e não foi de fato vencida? Ou seria a Canudos de Euclides quem merece o status de mito? Essas questões são significativas para o tipo de abordagem que a história possa continuar a fazer do assunto, assim como da leitura que continuemos a fazer sobre *Os sertões*.

Da riqueza da linguagem do autor, ainda que fruto de observação atenta, talvez possamos inferir o não-dito, tentando perceber o que o próprio autor não admitiria: contradições criadas dentro das maiores certezas.

A acuidade que engendrou essa linguagem rica acabou por criar uma narrativa que, embora não exatamente democrática, permite-nos ouvir algumas vozes abafadas... Partamos de uma das expressões mais conhecidas de que Euclides se serviu para descrever a cidade: chamou-a "Tróia de taipa".⁹ A Canudos não se perdoa a pobreza material, a precariedade da taipa, enquanto Belo Monte adentra, através da mesma metáfora, a galeria das cidades lendárias da tradição histórica ocidental.

A intensidade dramática dessa descrição se repete inúmeras vezes e em certos momentos sustenta a obra. A construção de metáforas é uma constante no estilo do autor e, mais que apenas ilustrar ou enriquecer a linguagem, elas parecem nos revelar o peso de certezas simultâneas a dúvidas e contradições. Ou, mais que isso: elas talvez nos revelem algo impossível de se esconder completamente: o espanto frente ao desconhecido e inesperado. E isto certamente à revelia da intenção original do autor, pois o espanto, como queria Vico, é filho da ignorância.¹⁰

Ora, Euclides se utiliza, desde o início, de paralelos da história mundial para tentar entender e explicar Canudos. Essa atitude lhe permitia atingir dois objetivos: não só trabalhar com dados do acontecimento nacional aproximando-os de acontecimentos da história ocidental, podendo assim prever inclusive as mesmas conclusões e resoluções para o caso, como também, assim fazendo, inseri-los no contexto do que se podia chamar, à época e talvez hoje novamente, de História Universal, dando a um caso de suposta insubordinação civil a uma República recém-proclamada ares de revolta ideológica. Com tão nobres intenções, o autor não poderia revelar, ao menos não explicitamente, as dificuldades de compreensão que a natureza daquele espaço, daqueles homens e daquele conflito impunha ao morador do litoral, de origem urbana e formação acadêmica, assim como provavelmente a qualquer outro que daquele contexto não fosse parte integrante – como o provaram os mais de cinco mil soldados mortos no conflito.

A verdade é que ainda hoje, ao visitarmos o sertão, utilizamos expressões para descrevê-lo que não são exatamente próprias àquele meio, como se nossa história ou nossa história literária ainda não houvessem dado conta de tal espaço. Trata-se de um lugar onde tudo se mostra antagônico: a terra arenosa, a vegetação seca coberta de espinhos e a escassez de água que parece significar uma escassez absoluta de vida. Euclides já tinha observado, tomando para si a tarefa: "Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir."¹¹ Compreendemos assim imediatamente a necessidade de dramaticidade presente nas descrições de Euclides, e como seu espanto perante aquele meio não poderia se traduzir de outra maneira.

Voltemos então a Vico, que considera a linguagem como "chave da ciência", acreditando que através dela poderíamos vislumbrar as mais remotas formas de experiência e compreensão do mundo.

Porque esse tal falar primitivo, que foi o dos poetas teólogos, não foi um falar segundo a natureza dessas tais coisas (qual terá sido a língua sagrada inventada por Adão, a quem Deus concedeu a divina onomathesia, isto é, a imposição dos nomes às coisas, segundo a natureza de cada uma), mas foi um falar fantástico, mediante substâncias animadas, a maior parte das quais imaginadas divinas.¹²

Para o pensador renascentista, as formas de linguagem e representação poderiam ajudar a decifrar um homem e seu tempo, reconhecendo, por exemplo, os tropos enquanto corolários de uma lógica poética, uma fala heróica original, mítica. Se no início representavam os termos segundo os quais o homem aprendia o mundo à sua volta, acabaram por se constituir em um instrumento discursivo mais sofisticado. "Os homens, ignorantes das causas naturais que produzem as coisas, quando não as podem explicar nem sequer por coisas parecidas, dão às coisas a sua própria natureza, como o povo, por exemplo, diz que o ímã está enamorado do ferro... O trabalho mais sublime da poesia é dar senso e paixão às coisas sem sentido...", sendo a metáfora o mais "luminoso" e "espesso" dos tropos, "que tanto mais louvada se faz quanto às coisas ela dá sentido e paixão".¹³

Essa linguagem sofisticada é a elaborada por Euclides da Cunha para velar o espanto das coisas e fatos que o cercavam. Nas anotações do autor em sua *Caderneta de Campo*, escrita quando da sua estada em Canudos como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, se ainda não encontramos acabadas as descrições que posteriormente serão alongadas no livro, encontramos com facilidade as exclamações que lhes deram origem. Não seria exagero considerar que frases como "É um vulcão numa erupção de balas aquela igreja satânica. O espetáculo de Canudos presa das chamas que lavram em diferentes pontos é assombroso...", dos últimos dias da batalha, ou o "Surpreendente! Tem mais de duas mil casas"¹⁴, escrita por Euclides quando pela primeira vez pousa os olhos sobre Canudos, geraram muitos dos painéis ou expressões trabalhadas no livro.

É talvez na sua capacidade de condensação de características várias, freqüentemente antitéticas, em suas seqüências adjetivas, observações intercaladas e metáforas de efeito, que seu estilo se sustente de forma tão original.¹⁵ A esse estilo, Roberto de Oliveira Brandão chamará "escultural", por perceber na plasticidade buscada por Euclides em suas descrições e comentários uma vertente da oratória, marcante na cultura brasileira do século passado, e por articular, simultaneamente, o estilo histórico e o ficcional.

¹¹ CUNHA, ibidem, p. 22.

¹² VICO. Op. cit; pp. 193-194.

¹³ Nos parece necessário lembrar da proposta de Hayden WHITE, elaborada inicialmente em seu *Meta-história*, e aprofundado em *Trópicos do discurso*. O autor americano chama a atenção especialmente para a possibilidade de riqueza a ser aproveitada pelo discurso histórico que se instrumentalizasse da teoria literária, permitindo-se inclusive o elemento fictício na narrativa histórica. Suas observações se alongam sobretudo quanto ao uso dos tropos, fundamentando-se em Vico. Quanto à obra de Euclides propriamente dita, note-se o interessante trabalho elaborado por Augusto de CAMPOS, "Transertões" (in: *Os Sertões dos Campos*), onde descobrimos como as estruturas poéticas subjacentes à prosa euclidiana "contribuíram para dar ao texto o "tonus" peculiar que é a sua marca impressionante" - e aí incluem-se, além do metro e do ritmo, o uso constante de figuras de linguagem.

¹⁴ CUNHA, Euclides. *Caderneta de Campo*. São Paulo: Cultrix, 1975; p. 54.

¹⁵ A obra de Modesto de Abreu, *Estilo e personalidade de Euclides da Cunha*, alonga-se no levantamento e comentários sobre o assunto, embora não faça referências à riqueza de metáforas constantes em *Os Sertões*.

¹⁶ CUNHA. *Os Sertões*. Op. cit.; pp. 122-123.

¹⁷ Idem, p. 129.

E pensando no efeito retórico mergulhamos novamente n'Os Sertões, no trecho que explica a "Tróia de taipa dos jagunços":

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas.

A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia; – e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia esteriografar a feição moral da sociedade ali acoutada. Era a objetivação daquela insânia imensa. Documento iniludível permitindo o corpo de delito direto sobre os desmandos de um povo.

Aquilo se fazia a esmo, doudamente.

A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômoros, atulhando as canhadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltado nos pendores – tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto.

Não se distinguiam as ruas. Substituía-as dédalo desesperado de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, (...) como se aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...¹⁶

A descrição alongada justifica a citação. Já na primeira frase encontramos, na escolha do futuro do pretérito, a crítica e a dúvida. Ao buscar a ironia, o texto acaba por oferecer ainda uma outra leitura: sim, o governo, maldito ou não, não penetraria nunca em Belo Monte, o lugar sagrado. Só quando ela já não existisse mais é que ele dominaria por completo.

E enquanto isso não acontecia, o autor se encarrega de dar voz e imaginação à gente simples. Tão simples era talvez que nunca houvesse olhado para sua Belo Monte com tamanho carinho a ponto de percebê-la quase como um altar, a poucos degraus do céu... E assim o texto dá mais uma justificativa àquele povo que para lá se dirigia muitas vezes por simplesmente não ter outro lugar para ir.

Pois "Canudos era o Cosmos (...) um ponto de passagem, (...) último pouso na travessia de um deserto – a Terra", dirá ainda Euclides algumas páginas depois.¹⁷ Essa descrição é um exemplo do caráter fanático que Euclides tentou impor à sua compreensão de Canudos, mas é também uma tentativa de entender Belo Monte, justificá-la, mesmo que para isso ela se transforme em uma nova Canaã.

A rapidez do crescimento, por outro lado, revela uma certa urgência, uma pressa para se alcançar algo que, certamente, não se tratava de um sacrifício ou pena maior do que aquela que já se possuía em outro lugar. Na escolha de Canudos como o lugar que daria fim às suas peregrinações e de seus seguidores transparece a intenção de isolamento, mas o que poderia ser lido como uma intenção de paz foi, durante a guerra e aos olhos de Euclides, visto como algo de certa forma premeditado, inclusive devido à situação geográfica, parecendo uma estratégia de fins beligerantes...

Doze casas por dia – o Conselheiro certamente ficaria grato em receber tal informação – vão dando forma à “tapera colossal”. Do grego *kolossós*, a palavra colosso quer significar “gigante”, mas em suas conotações dicionarizadas percebemos sempre que tal idéia acompanha um sentido positivo de grandiosidade e poderio, como o de algo que se impõe, respeitosamente, em função de suas dimensões. Assim, se tentarmos explicar uma tapera colossal, seremos obrigados a descrevê-la como uma ruína, sim, mas colossal. A adversativa fará toda a diferença que Euclides não percebeu ao formular o diagnóstico de “insânia imensa” que alega confirmar-se pela ausência de uma organização na disposição física daquela gente. E uma cidade, monstruosa e sinistra como um gigante de pés de barro, doente moralmente desde o nascimento, é o grande entrave à realização do sonho brasileiro de República.

E o texto transforma a tapera em urbe de um parágrafo a outro, afirmando observar seu avesso, a Canudos perceptível aos olhos. Novamente o próprio autor gera a oposição: a *urbs* e a *civitas* revelam a dicotomia, a oposição entre a cidade e seus homens, entre Canudos e Belo Monte.

Mas o outro lado, o reverso do avesso, o lado direito, não estava exposto, mas escondido sinistramente, entre os becos e em cada um dos casebres de Belo Monte, num traçado misterioso planejado talvez como o Labirinto de Creta, para abrigar o filho de um deus.

Luiz Costa Lima, em seu *Terra Ignota*¹⁸, chama atenção para várias das contradições euclidianas, de fundo sociológico, filosófico e científico. Entre vários exemplos, cita o momento da “tentativa” de retirada da terceira expedição:

Canudos, entretecido de becos de menos de dois metros de largo, trançados, cruzando-se em todos os sentidos, tinha ilusória fragilidade nos muros de taipa que o formavam. (...) Largamente aberto aos agressores que podiam abater-lhe a pulso as paredes e tetos de barro ou vará-lo por todos os lados, tinha a inconsistência e a inflexibilidade traiçoeira de uma rede desmesurada. Era fácil investi-lo, batê-lo, dominá-lo, (...) - era difícil deixá-lo. Completando a tática perigosa do sertanejo, era temeroso porque não resistia. (...) Intacto - era frágilimo; feito escombros - formidável.¹⁹

E o crítico se pergunta: “Era aquela disposição ocasional (...)?” Reconhecendo que o próprio autor levantou essa dúvida, continua:

Mas, se a argúcia dos atacados era suficiente para prever tal disposição, não caberia a Euclides ter reconsiderado a teoria, de acordo com a qual tomara o traçado das ruas e vielas do arraial como consequência da bárbara inferioridade de seus construtores? Ou seria a guerra em si mesma uma *terra ignota*, perante a qual não funcionaria a teoria da desigualdade das raças? Como Euclides não admite perguntas, muito embora seu relato tenha sido escrito anos depois do acontecimento, ainda maior que a surpresa dos atacantes é a surpresa do narrador.²⁰

O elemento “espanto” se confirma determinante em toda obra e, como já afirmamos anteriormente, à revelia do próprio autor. Assim é que a fragilidade presente na integridade daquela cidade

¹⁸ LIMA, *ibidem*.

¹⁹ CUNHA, *ibidem*; pp. 227-228.

²⁰ LIMA, *ibidem*; pp. 109-110.

²¹ CUNHA, *ibidem*; p. 134.

²² *Idem*; p. 398.

²³ *Idem*; p. 403.

mais uma vez caracterizará Canudos em oposição aos escombros formidáveis de Belo Monte.

Nada, entretanto, parece causar mais espanto a Euclides do que o povo que habitava essa cidade – vamos chamá-la assim posto que o próprio autor nos “permitiu”. Desde a sua idealização do “vaqueiro”, às descrições daquela gente no momento das rezas, ainda no segundo capítulo da obra, e mesmo em suas descrições e caracterizações do jagunço e do cangaceiro, contradiz freqüentemente o legado determinado de sub-raça que lhes dedica inicialmente e em todo decorrer da obra. De qualquer maneira não lhes poupou adjetivos terríveis nas descrições físicas, especialmente as femininas: “bruxas das igrejas”, “faces murchas das velhas”, “grenhas maltratadas de crioulas retintas”, “megeras”²¹, embora seja o espírito daquele povo a grande incógnita de todo o conflito. A “rocha-viva”²² resume, mais uma vez, esse espanto, ao reunir a resistência física da pedra a algo que de início o autor não parecia reconhecer: a vitalidade daquelas pessoas.

É no momento em que alguns caem prisioneiros – mulheres, crianças, velhos e alguns homens feridos – que o discurso se quebra definitivamente, abatido como os soldados a observar a gente de Belo Monte:

A entrada dos prisioneiros foi comovedora. Vinha solene, na frente, o Beatinho, teso o torso desfibrado, (...).

Os combatentes contemplavam-nos entristecidos. Surpreendiam-se; comoviam-se. O arraial, *in extremis*, punha-lhes adiante, naquele armistício transitório, uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante, num assalto mais duro que o das trincheiras em fogo. (...) – a vitória tão longamente apetecida decaía de súbito. Repugnava aquele triunfo. Envergonhava. Era, com efeito, contraproducente compensação a tão luxuosos gastos de combates, de reveses e de milhares de vidas, o apresamento daquela caqueirada humana – do mesmo passo angulhenta e sinistra, entre trágica e imunda, passando-lhes pelos olhos, num longo enxurro de carcaças e molambos...

Nem um rosto viril, nem um braço capaz de suspender uma arma, nem um peito resfolegante de campeador domado: mulheres, sem-número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, (...) filhos suspensos aos peitos murchos, filhos arrastados pelos braços, passando; crianças, sem-número de crianças; velhos, sem-número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante.²³

Nesse momento da narrativa, em que o espanto é puramente retórico, encontramos uma das incongruências do livro. Por que a surpresa se era assim descrito aquele povo, aquela raça, desde o início? Certamente não seria coerente que surgisse ali, subitamente, uma brava legião romana... Mas era preciso reconhecer, ao mesmo tempo, que era aquele povo que resistia há quase um ano, e há pelo menos três meses intensamente, a toda a força da República.

É evidente que esse discurso fecha, ao fim do livro, o crime de que se fala na “Nota Preliminar”, construindo-se como mais um dos trechos de efeito da narrativa. O “corpo de delito” é exposto ao

juízo da História, e o autor não lhe poupa adjetivos, usando, para revelar o espanto, os mesmos instrumentos lingüísticos, que havia empregado anteriormente para disfarçá-lo.

Aquele povo, sub-raça ou não, era formado por seres humanos dotados de um espírito determinado e forte e que resistiu a todo tipo de agressão: até mesmo a uma luta desigual.

Talvez aí a maior das contradições. E pela primeira vez o autor reconhece a Canudos méritos próprios, permitindo a sua entrada na História, sem atalhos emprestados por outras nacionalidades:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do terreno, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.²⁴

Este trecho do texto é dos mais diretos e objetivos que certamente podemos encontrar em todo o livro. Como se diante do fato consumado não houvesse mais possibilidade nenhuma de comentá-lo, enriquecê-lo de adjetivos. Não há pluralidade de sentidos aqui, apenas a crua e curta informação. O espanto final elimina as possibilidades da retórica e retira as últimas vendas do narrador atento que agora, sem ter mais a permissão da ignorância, resigna-se a um discurso sucinto: Euclides percebe Belo Monte.



²⁴ Idem, p. 407.

para meu professor, roberto ventura, em memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 102.

_____. *Caderneta de Campo*. São Paulo: Cultrix, 1975, p.54.

ABREU, Modesto de. *Estilo e personalidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ANTOLINI, André e BONELLO, Yves-Henri. *Les villes du désir*. Paris: Galilée, 1994.

BLOOM, Harold. *Poesia e Repressão*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Presença da oratória no Brasil do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 226.

CAMPOS, Augusto de e CAMPOS, Haroldo de. *Os Sertões dos Campos: duas vezes Euclides*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

LANGER, Johnni,. *Cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria do Estado da cultura/ The Document Company – Xerox do Brasil, 1997.

LEVINE, Robert. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. Edusp, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VICO, Giambattista. *Princípios de uma Ciência Nova*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1997.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.



Acuarone. "Antônio Conselheiro". Desenho publicado em maio de 1946 na edição especial da revista "Dom Casmurro".